

Autárquicas 2009

DEFENDE A TUA TERRA!

- > MANIFESTO AUTÁRQUICO NACIONAL
- > GUIA BOAS PRÁTICAS

JS



www.juventudesocialista.org



JS



www.juventudesocialista.org

Autárquicas 2009

DEFENDE A TUA TERRA!

- > MANIFESTO AUTÁRQUICO NACIONAL
- > GUIA BOAS PRÁTICAS

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	06
CAPÍTULO UM HABITAÇÃO	07
CAPÍTULO DOIS EMPREGO	09
CAPÍTULO TRÊS EDUCAÇÃO	12
CAPÍTULO QUATRO RECURSOS ENDÓGENOS	15
CAPÍTULO CINCO DESPORTO, CULTURA E LAZER	17
CAPÍTULO SEIS PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	21
CAPÍTULO SETE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	23
CAPÍTULO OITO MUNDO RURAL	25
CAPÍTULO NOVE AMBIENTE E URBANISMO	27

INTRODUÇÃO

A elaboração de um Manifesto Autárquico constitui um desafio para uma estrutura nacional na medida em que as realidades dos diversos concelhos do nosso país são bastante heterogéneas. Não obstante esta dificuldade, entendeu o Secretariado Nacional da Juventude Socialista que seria importante disponibilizar às diversas estruturas concelhias uma ferramenta política que constituísse um suporte de trabalho para a elaboração dos Manifestos Autárquicos Concelhios.

Este documento surge com essa ambição, tendo sido elaborado com o contributo de dezenas de militantes da Juventude Socialista que em conjunto, na Convenção Nacional Autárquica, reflectiram sobre os diversos problemas das nossas autarquias. Este é o resultado dessa reflexão: um conjunto diverso de propostas políticas adequáveis às diversas realidades do nosso país.

As propostas surgem apresentadas de forma simples e concisa, cabendo às estruturas concelhias, nos seus Manifestos Autárquicos

Concelhios, fazer o enquadramento da sua pertinência. Fica também ao critério das concelhias proceder a alterações que melhor adaptem cada uma das propostas à sua realidade concreta.

Juntamente com o conjunto de propostas que compõem o Manifesto Autárquico Nacional apresentamos também algumas boas práticas autárquicas que foram sendo encontradas um pouco por todo o país e que reflectem o que de melhor se vai fazendo em termos de gestão autárquica e que nos demonstram que, com criatividade e dinamismo, é possível realizar projectos tidos por muitos como impensáveis. Tanto nas propostas políticas apresentadas como nas boas práticas que as acompanham há uma linha estruturante e coerente: a luta por concelhos com mais qualidade de vida, com mais solidariedade, com mais oportunidades, com mais desenvolvimento e, acima de tudo, com mais igualdade. Esta é a grande marca identitária de qualquer autarca jovem socialista, a nossa marca.

CAPÍTULO UM

HABITAÇÃO

HABITAÇÃO SOCIAL SUB-30

A criação de um programa de Habitação Social Sub-30 (HSS-30) tem em vista o apoio à emancipação jovem, apoiando e facilitando o acesso a uma habitação sobretudo a jovens com situações laborais menos estáveis.

Este programa passaria pela construção ou reconstrução de apartamentos de tipologia T0 ou T1 que seriam arrendados a jovens dos 18 aos 30 anos (equacionar eventual extensão até aos 35) com rendas especialmente baixas. No contrato de arrendamento os usufrutuários das habitações saberiam desde logo que o arrendamento cessa quando atingirem a idade máxima para usufruírem do programa. Esta medida pode ter especial importância se acoplada com um projecto de revitalização dos centros históricos. O formato da HSS-30 permite que, na fase mais instável e precária da sua vida, um jovem consiga dispor de uma habitação a um custo acessível e, por outro lado, garante o constante rejuvenescimento das zonas onde o programa seja aplicado pois

quando o arrendatário atinge a idade máxima o apartamento volta a ficar disponível para um jovem em condições de elegibilidade.

+ **Emancipação, dinamização e rejuvenescimento de centros históricos, apoio social, requalificação urbana.**

HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS

A criação de um programa de habitação a custos controlados permite a aquisição de uma habitação a um custo abaixo do custo normal ditado pelo mercado sendo uma importante medida de apoio à emancipação e à atracção e fixação de jovens.

+ **Emancipação, atracção e fixação de jovens, requalificação urbana.**

LOTEAMENTOS HABITAÇÃO JOVEM

Com esta medida pretende-se a criação de loteamentos a custo reduzido tendo em vista a sua aquisição por jovens para que aí possam

fixar a sua residência. É uma medida de apoio à emancipação e, sobretudo, à atracção e fixação de jovens.

+ **Emancipação, atracção e fixação de jovens, requalificação urbana.**

ISENÇÕES E REDUÇÕES NAS TAXAS E IMPOSTOS MUNICIPAIS (IMI, ÁGUA E SANEAMENTO...)

Não sendo uma medida de grande impacto financeiro para as autarquias na medida em que se destina a uma faixa devidamente delimitada, pode constituir uma forma de aliviar os orçamentos das famílias mais jovens.

+ **Apoio social, atracção e fixação de jovens, incentivos fiscais.**

BOA PRÁTICA:

HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS – CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

A política habitacional do município de Santo Tirso é hoje em dia uma referência no panorama nacional. O investimento da autarquia no programa de Habitação a Custos Controlados resultou já na construção de 400 habitações que possibilitaram o acesso a habitação condigna a 1000 famílias, num investimento camarário de 58 milhões de euros em todo o concelho. Em média, 62,2% dos seus moradores têm menos de 35 anos e 46,3% estão ligados a actividades do sector terciário e serviços. De realçar que estes empreendimentos captam população de fora do concelho (38,3%).

Apesar de ser bem menos oneroso o realojamento em edifícios de vários andares, concentrando dezenas de famílias num só espaço, a autarquia optou por criar pequenos núcleos habitacionais, diminuindo o impacto

da deslocalização dos quotidianos e a quase incontornável "guetização" dos bairros sociais de grandes dimensões. A opção do executivo de implantar este projecto em várias freguesias do concelho permitiu a disseminação das famílias a realojar por áreas mais pequenas, mais próximas de onde viviam, reduzindo fortemente o impacto nas suas actividades diárias.

É ainda de realçar o acompanhamento social dado às famílias instaladas. No âmbito do Contrato Local de Desenvolvimento Social (projecto-piloto nacional de carácter supramunicipal), a Edilidade Tirsense põe ao dispor das famílias residentes nos empreendimentos de habitação a custos controlados um conjunto de actividades especificamente direccionadas para esses públicos. Está diariamente disponível nos 13 conjuntos habitacionais de gestão municipal de Santo Tirso uma unidade móvel adaptada às novas tecnologias de informação e comunicação, que, com um monitor de informática, facilitará o acesso à internet e a outros domínios digitais, bem como o acompanhamento escolar dos jovens.

Outra medida dirigida aos residentes daqueles empreendimentos é a presença semanal, nas salas de condomínio dos diferentes conjuntos habitacionais, de uma técnica do Gabinete de Apoio ao Emprego e ao Empreendedorismo da Autarquia, para garantir um acompanhamento mais próximo e frequente das pessoas desempregadas ou que tenham intenções de promover o seu próprio projecto de emprego ou qualificação. Em cada um destes empreendimentos é ainda desenvolvido, por uma equipa técnica multidisciplinar (com uma educadora social, um educólogo e um psicólogo) um importante trabalho de acompanhamento social, educativo e até jurídico das famílias.

CAPÍTULO DOIS

EMPREGO

PROGRAMA MUNICIPAL DE ESTÁGIOS

Os programas de estágios possibilitam uma integração mais fácil no mundo laboral podendo ser subdivididos em 2 tipos:

> Estágios para jovens à procura do primeiro emprego: têm como objectivo ajudar a ultrapassar a barreira da primeira experiência profissional. Com esta medida pretende-se que os estágios sejam criados não só nos serviços municipais como também em empresas estabelecidas nos concelhos, exigindo, por isso, um empenho das autarquias na busca de entendimentos com as empresas instaladas no município.

> Estágios de Verão: com este programa pretende-se a criação de um programa de estágios para jovens estudantes, durante as férias de Verão, no sentido de lhes garantir, desde cedo, contacto com o mundo laboral e reforçar dessa forma as suas ferramentas para ingressar futuramente no mundo do trabalho, quer pela experiência profissional adquirida, quer pelas redes de contactos estabelecidas.

Seriam estágios essencialmente voltados para empresas privadas.

Os estágios seriam remunerados.

+ Integração profissional, combate ao desemprego, fixação de jovens, emancipação

NINHOS DE EMPRESAS

Os ninhos de empresas são espaços físicos dotados de infra-estruturas de apoio técnico e material onde os jovens podem exercer actividades empresariais, na área dos serviços. O seu principal objectivo é estimular a capacidade criativa e empreendedora dos jovens, proporcionando-lhes os apoios necessários à constituição e desenvolvimento do seu projecto empresarial.

+ Empreendedorismo, criação de emprego, desenvolvimento económico, fixação de jovens

UNIDADES DE INSERÇÃO NA VIDA ACTIVA

A UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Activa, constitui um espaço de apoio ao emprego destinado a pessoas à procura de colocação

profissional. O trabalho desenvolvido na UNIVA consiste no acolhimento e atendimento personalizado ao utente em situação de procura do primeiro emprego, mas também aos desempregados em geral. As actividades desenvolvidas consistem sobretudo na sensibilização e treino de competências de procura activa de emprego, nomeadamente construção do curriculum vitae, cartas de resposta a anúncio, candidaturas espontâneas e preparação para entrevista profissional. Outra área sensível do trabalho da UNIVA consiste na angariação de ofertas de emprego junto do tecido empresarial e institucional local de forma a dar respostas às solicitações que diariamente sejam recebidas no gabinete da UNIVA, isto é, a mediação de emprego.

+ **Combate ao desemprego, inserção profissional**

GABINETE DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO E À ACTIVIDADE ECONÓMICA

Os Gabinetes de Apoio ao Empreendedorismo e à Actividade Económica têm como função principal apoiar tecnicamente a criação e crescimento do tecido empresarial local. Este apoio pode ocorrer sob a forma de apoio a candidaturas a programas públicos, formação de empresários, apoio no estabelecimento de parcerias e criação e potenciação de oportunidades de negócio.

+ **Empreendedorismo, criação de emprego, desenvolvimento económico**

FEIRAS DE EMPREGO

As Feiras de emprego têm como objectivo potenciar o encontro de empresas em busca de trabalhadores e pessoas em busca de emprego. A realização destes eventos permite às empresas o contacto com um número elevado de interessados num único evento o

que permite uma escolha mais adequada para o preenchimento das vagas que têm dispostíveis. Para quem procure emprego é uma solução que disponibiliza um elevado número de ofertas profissionais aumentando assim as possibilidades de sucesso na obtenção de um emprego e, pela diversidade de empresas e ofertas que geralmente se encontram, permite também encontrar ofertas adequadas às expectativas e formação de quem procura emprego.

+ **Combate ao desemprego, inserção profissional, desenvolvimento económico, fixação de jovens**

BOLSA MUNICIPAL DE EMPREGO ONLINE

É já elevado o número de sites que disponibilizam ofertas de emprego. Contudo, uma grande parte das ofertas ainda não se encontra online. A criação de uma bolsa de emprego municipal de emprego online, com ofertas de trabalho público e privado, possibilitaria uma busca geograficamente mais eficiente, facilitando dessa forma a fixação e atracção de pessoas para o concelho. A criação de uma boa rede de contactos junto do tecido empresarial local pode transformar estas bolsas num instrumento eficaz para empregadores e para quem procura trabalho.

+ **Combate ao desemprego, inserção profissional, fixação de jovens**

PARQUES EMPRESARIAIS INTER-MUNICIPAIS / PÓLOS TECNOLÓGICOS

A criação de parques empresariais inter-municipais tem como objectivo atrair empresas tecnologicamente desenvolvidas e assentes em mão-de-obra qualificada. A maioria dos municípios, por si só, não dispõe de dimensão suficiente para realizar investimentos desta

dimensão ou sequer de mão-de-obra adequada em número e qualificações para atrair este tipo de empresas. A realização deste tipo de investimentos ao nível inter-municipal diminui os encargos financeiros de cada uma das autarquias, favorece o desenvolvimento regional e é um factor acrescido de competitividade por disponibilizar um maior número de trabalhadores qualificados.

+ **Criação de emprego, desenvolvimento económico, fixação de jovens, inovação, atracção quadros qualificados**

BOA PRÁTICA:

ESCOLA DAS PROFISSÕES – CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA

A Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora, E.M. (EIPDA) nasce no sentido de constituir uma resposta possível e eficaz a algumas problemáticas socio-económicas presentes no Concelho. Depois de, em meados de 1998, um conjunto de pessoas ter dado início ao desenvolvimento de um projecto ao abrigo do programa Escolas Oficina, tornou-se claro que havia a necessidade de procurar soluções, inovadoras e ambiciosas, para um conjunto de problemas que exigiam um esforço adicional por parte da Câmara, uma vez que existia um número significativo de problemas carentes de resposta urgente;

que vão desde o desemprego prolongado à pobreza e exclusão social de uma faixa significativa da população da Amadora.

A Escola das Profissões da Amadora, E.M. é uma empresa de capitais maioritariamente públicos, sendo estes detidos em 65% pelo Município da Amadora, a Cooptécnica Gustave Eiffel, CRL, com uma participação de 25% e a Associação Empresarial para a Região de Lisboa com os restantes 10%.

De modo a se conhecer todas as áreas de actividade desenvolvidas pela Escola das Profissões, importa dar conta daquele que é o seu objecto social: "O ensino e a formação profissional em diversas áreas, incluindo a área do desporto, o acompanhamento e apoio a indivíduos no processo de inserção na vida activa, o apoio à criação e acompanhamento de empresas, a publicação e edição de textos, elaboração de estudos, organização de certames e exposições, e todas as acções cujo desenvolvimento se mostrar necessário para atingir os objectivos anteriormente referidos."

Embora à primeira vista, possam parecer muitas frentes de acção, a verdade é que, com maior regularidade numas áreas de actividade e menor regularidade noutras, o espírito fundador da Escola e o que no essencial se pensou para esta empresa continua a existir e a dar frutos, possibilitando progressos consideráveis e um crescimento assinalável.

CAPÍTULO TRÊS

EDUCAÇÃO

OFERTA DOS MANUAIS ESCOLARES NO ENSINO BÁSICO

A defesa do ensino obrigatório efectivamente gratuito é, desde há muito, uma reivindicação da JS. Com as responsabilidades actualmente assumidas pelas autarquias ao nível do ensino básico, esta é uma importante medida no sentido da promoção da igualdade de oportunidades e da diminuição de encargos das famílias.

⊕ **Igualdade de oportunidades, diminuição de encargos, justiça social**

BOLSAS DE MÉRITO E EXCELÊNCIA

A atribuição destas bolsas visa a promoção de uma cultura de mérito e excelência. Simultaneamente estas bolsas reforçam a proximidade entre o concelho e os seus estudantes. Esta dimensão assume especial importância em concelhos que sofrem de forma particular com a "fuga de cérebros" e a redução de quadros qualificados.

⊕ **Promoção do mérito, valorização de recursos humanos locais**

REORGANIZAÇÃO DOS PARQUES ESCOLARES

Esta medida é uma bandeira do actual Governo do PS. Apesar de já se encontrar no terreno num grande número de municípios há outros que ainda não iniciaram a tão necessária reorganização. Trata-se de uma medida fundamental para proporcionar melhores condições de aprendizagem no 1.º ciclo através do reordenamento da rede escolar, encontrando soluções para o encerramento dos estabelecimentos escolares situados em zonas isoladas, com poucos alunos e falta de recursos, onde as taxas de aproveitamento são sistematicamente baixas. Nestas escolas, além de terem mais hipóteses de socialização com outras crianças da mesma idade, os estudantes poderão ter acesso a mais e melhores recursos, beneficiando de refeições escolares, de bibliotecas com livros adequados à sua faixa etária e, ain-

da, de actividades como o Inglês, a actividade física e desportiva, o ensino da música, a iniciação a outras actividades artísticas e a Informática. Para assegurar o transporte dos alunos dos estabelecimentos que vão encerrar para as novas escolas acolhedoras, o Ministério da Educação (ME) garante a comparticipação integral dos custos das autarquias, canalizando para o efeito dez milhões de euros. O ME assumiu o compromisso de participar as obras de melhoria dos edifícios e equipamentos realizadas pelas autarquias nas escolas acolhedoras, procedendo à transferência de 2,5 milhões de euros para os municípios. Estas obras de melhoramento são fundamentais para assegurar melhores condições nas escolas acolhedoras, enquanto não são construídos os novos centros escolares, dependentes das verbas negociadas no âmbito do futuro Quadro de Referência Estratégica Nacional (2007/2013).

+ Igualdade de oportunidades, diminuição de encargos, justiça social

COMPLEMENTO DE APOIO SOCIAL ESCOLAR

Apesar do aumento sem precedentes dos apoios sociais escolares por parte do Governo esta medida pode assumir especial pertinência em concelhos com grandes faixas populacionais vítimas de exclusão e de graves carências sociais.

+ Igualdade de oportunidades, diminuição de encargos, justiça social

BOLSA DE APOIO A ESTUDANTES LOCAIS EM ERASMUS

O programa Erasmus constitui uma evidente mais-valia quer para os alunos que o frequentam. Além disso, os benefícios desta experiência repercutem-se na valorização pessoal e profissional dos estudantes que a ele têm

acesso. Os benefícios indirectos para as autarquias são também evidentes pois a vivência experienciada por estes alunos traz novas dinâmicas, mais compreensão e tolerância além de se traduzir também numa valorização das qualificações e do potencial humano local. Apesar do aumento dos apoios aos estudantes Erasmus, os custos desta experiência são, ainda, elevados. A criação destas bolsas, acopladas aos apoios já concedidos pelo Governo, seria um importante factor de promoção deste programa.

+ Igualdade de oportunidades, diminuição de encargos, justiça social, valorização de recursos humanos locais

BOA PRÁTICA:

APOIOS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO – CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

Consciente de que Câmaras Municipais têm cada vez mais competências na área da educação, e tendo a convicção de que a escola não é apenas um espaço físico onde se ministra o ensino, mas sim, um espaço onde se desenvolvem actividades sócio-educativas a Câmara Municipal da Lourinhã tem vindo a diversificar a sua intervenção junto da comunidade educativa. Além do Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular, que veio contribuir para uma maior equidade de oportunidades, assim como o Programa de Generalização de Refeições para o 1.º Ciclo, que aproximou este nível de ensino aos demais, tendo por base o conceito de escola a tempo inteiro, a Câmara Municipal da Lourinhã apostou na diversificação, dando continuidade às actividades desenvolvidas e objectivos traçados e introduzindo novas acções potenciadoras do desenvolvimento sócio-educativo das crianças, nomeadamente:

> Atribuição do Auxílio Económico Directo aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, assim como a atribuição de bolsas de estudo a alunos universitários, pertencentes a famílias carenciadas;

> Projecto de Voluntariado “Partilha de Saberes”, que tem como objectivo a prestação de apoio a actividades complementares de acção educativa e a acções de enriquecimento curricular em estabelecimentos de ensino, em horário lectivo e não lectivo;

> Projecto “Escola Saudável”, que visa a dinamização de acções direccionadas a toda a comunidade escolar em questões como a obesidade infantil, hiperactividade, autismo,

dislexia, crianças sobredotadas, entre outras que se considerem igualmente importantes;

> Projecto “Cidadania na Infância”, tendo em vista aprofundar a dinâmica da vida democrática do concelho, promovendo a realização individual e colectiva de futuros municípios, preparando-os para uma intervenção útil e responsável na vida da sua comunidade; Salienta-se, ainda, a importância do Conselho Municipal de Educação, enquanto órgão consultivo, que articula a intervenção dos diversos agentes educativos e parceiros sociais, que, em conjunto, analisam o sistema educativo actual e traçam objectivos com vista à melhoria da qualidade do ensino.

CAPÍTULO QUATRO

RECURSOS ENDÓGENOS

REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS TEMÁTICOS

A realização de feiras e eventos temáticos é uma forma importante de promoção dos recursos endógenos. Vários exemplos de eventos deste tipo realizados um pouco por todo o país têm demonstrado o enorme potencial económico de alguns produtos com o consequente benefício para a economia local.

⊕ **Valorização de recursos endógenos, criação de emprego, desenvolvimento económico, promoção turística**

CRIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE “IMAGENS DE MARCA”

Uma das melhores formas de valorizar e potenciar os recursos endógenos é a criação de imagens de marca que facilmente sejam associáveis ao concelho ou à região. A mais-valia económica do reconhecimento de um produto ou paisagem e a sua associação imediata a um concelho ou região é um importante factor de valorização e desenvolvimento.

⊕ **Valorização de recursos endógenos, criação de emprego, desenvolvimento económico, promoção turística**

MELHORAMENTO E POTENCIAÇÃO DAS PRAIAS MARÍTIMAS E FLUVIAIS

As praias fluviais e marítimas assumem, num país com as características climatéricas do nosso, uma importância e potencial que não se devem ignorar. A criação e requalificação destes espaços, dotados de equipamentos de lazer adequados, são um importante factor de desenvolvimento e criação de riqueza.

⊕ **Valorização de recursos endógenos, criação de emprego, desenvolvimento económico, promoção turística**

CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS REGIONAIS E A CRIAÇÃO DE DENOMINAÇÕES DE ORIGEM

A promoção da certificação de produtos regionais e a criação de denominações de origem é

uma medida fundamental para a obtenção do valor acrescentado que alguns produtos regionais podem atingir. A adopção destas medidas é, portanto, uma questão fundamental para a salvaguarda e valorização da economia local e para a continuidade da valorização dos seus recursos endógenos.

+ **Salvaguarda dos recursos endógenos, desenvolvimento económico.**

BOA PRÁTICA:

ECOMUSEU DE BARROSO – CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O âmbito de intervenção do Ecomuseu de Barroso abrange a maioria dos propósitos convencionalmente atribuídos aos museus. Embora reconhecendo a necessidade de cumprir esse conjunto de funções (e que necessariamente se deverão oferecer no espaço sede do Ecomuseu), o Ecomuseu de Barroso pretende assumir-se como elemento âncora da estratégia de desenvolvimento integrado e sustentável do território barrosão. O Ecomuseu de Barroso iniciou a sua actividade no momento em que se começou a trabalhar com as instituições locais e as pessoas. Não estando confinado a um edifício ou a um conjunto de edifícios, nem a horários de visita, dir-se-ia que se entra no Ecomuseu de Barroso quando, vindos de outros territórios, se transpõe qualquer uma das estradas que nos levam ao Barroso. O Ecomuseu é sustentado por uma relação das pessoas com o seu território e destes, com os seus visitantes e todos aqueles que procuram usufruir da sua riqueza. Nesta medida o Ecomuseu de Barroso pretende afirmar-se como espaço de:

- > Valorização e de divulgação dos recursos e do património do Barroso
- > Representação identitária

- > Formação, participação e de cidadania
- > Concertação e de cooperação
- > Inovação e de mobilização das pessoas para novas actividades

O Ecomuseu de Barroso integra as funções elementares de documentação, investigação e interpretação dos valores culturais e naturais do território barrosão e, deste modo, contribui para reforçar a identidade cultural desta comunidade, revitalizando a relação desta com o seu espaço geográfico (“espaço humanizado”). As funções elementares de conservação do acervo e de interpretação devem extravasar as próprias “paredes” do Ecomuseu, estimulando uma atitude participativa nas pessoas e nas instituições locais e despoletando nelas o sentido de pertença ao seu território.

Para o Ecomuseu é a própria comunidade e o modelo de ocupação e de relação da comunidade com o seu território que constituem elementos centrais de intervenção, conferindo-lhes a função de acervo museológico. Admite-se como condição fundamental da salvaguarda deste acervo, a sua vitalidade e a capacidade de auto-sustentar alguns novos desafios no sentido da qualificação da vida das populações da sustentabilidade deste território e da viabilização de actividades de foro económico.

Além do Ecomuseu de Barroso a Câmara Municipal de Montalegre tem-se destacado no âmbito da promoção e valorização dos recursos endógenos com projectos como a Feira do Fumeiro, evento que leva a Montalegre dezenas de milhares de visitantes anualmente; as sextas-feiras 13, evento cultural inspirado nas raízes culturais do Barroso; os campeonatos de chegas de bois, tradição ancestral das terras de barroso e elemento importante para a promoção da raça barrosã; ou o Congresso de Medicina Popular de Vilar Perdizes, evento que graças ao mediatismo à escala nacional é hoje

amplamente reconhecido. O conjunto destes eventos representa para o concelho de Montalegre um número de visitantes que ultrapassa amplamente os 120 mil/ano e um volume de negócios superior a 2 milhões de euros/ano. Transformando as adversidades em oportunidades, a Câmara Municipal de Montalegre con-

seguiu encontrar nos seus recursos endógenos uma forma de potenciar o desenvolvimento do concelho. A aposta na valorização dos produtos locais e, sobretudo, do riquíssimo património cultural ajudaram a transformar um dos municípios mais isolados de Portugal num dos seus destinos mais atraentes.

CAPÍTULO CINCO

DESPORTO, CULTURA E LAZER

CASA DA JUVENTUDE

As Casas da Juventude são espaços multidisciplinares, abertos às mais diversas tendências e preferências da juventude, oferecendo um local privilegiado para o acesso à informação, formação, dinamização de actividades, convívio e lazer.

+ Estímulo à intervenção cívica, ocupação de tempos livres

PARQUES DE MANUTENÇÃO

Espaços destinados à prática de desporto informal através da disponibilização de vários circuitos de manutenção, com exercícios e

aparelhos desportivos destinados a todas as faixas etárias. A construção destes parques é uma forma de dinamizar e revitalizar espaços verdes muitas vezes deixados ao abandono ou com baixas taxas de utilização. Podem também ser associados a estes espaços skateparques ou pistas de BMX.

+ Prática desportiva, dinamização de espaços verdes, ocupação de tempos livres

POLIDESPORTIVOS

Os espaços polidesportivos caracterizam-se pela sua versatilidade permitindo a prática de várias modalidades desportivas no mesmo

espaço. A construção destes parques é uma forma de dinamizar e revitalizar espaços verdes muitas vezes deixados ao abandono ou com baixas taxas de utilização.

+ Prática desportiva, dinamização de espaços verdes, ocupação de tempos livres

BOLSAS DE MÉRITO E EXCELÊNCIA PARA A CULTURA E O DESPORTO

A atribuição destas bolsas visa a promoção de uma cultura de mérito e excelência. Simultaneamente estas bolsas reforçam a proximidade entre o concelho e os seus desportistas e artistas mais destacados. Esta dimensão assume especial importância no caso das “modalidades amadoras” em que a transição para o profissionalismo é especialmente difícil e os apoios em patrocínios mais difíceis de obter.

+ Promoção do mérito, valorização de recursos humanos locais

CENTRO FORMATIVO E PERFORMATIVO EM ARTES

A criação destes centros permite a formação e convívio de cidadãos com ligação a actividades culturais. Espaços de formação em diversas artes, espaço de exposições e actuações além de um espaço de convívio podem ser determinantes para proporcionar um importante estímulo a valorização, potenciação e criação artística no concelho. Em concelhos com menores recursos esta iniciativa pode-se corporizar, por exemplo, em Casas da Música, onde sejam disponibilizados espaços para ensaios de Bandas de Garagem. Estas Casas da Música podem disponibilizar aulas no sentido do aperfeiçoamento dos jovens praticantes e mesmo estúdios que permitam a gravação de maquetes.

+ Promoção do acesso às artes, valorização de recursos humanos, ocupação de tempos livres, potenciação de jovens artistas.

BIBLIOTECAS ITINERANTES

As bibliotecas itinerantes são uma forma de promover o acesso à cultura e ao conhecimento através da sua descentralização. Apesar das novas acessibilidades e formas de acesso à informação, em alguns concelhos do nosso país as distâncias continuam a ser significativas. Importa também perceber que o acesso às novas tecnologias não substitui a importância e o valor dos hábitos de leitura pela forma tradicional.

+ Acesso à cultura e ao conhecimento, valorização de recursos humanos, ocupação de tempos livres

CARTÃO JOVEM MUNICIPAL

A existência de um cartão jovem municipal pode garantir reduções em preços no comércio local, em taxas municipais, no acesso a equipamentos públicos, espectáculos culturais e desportivos etc. Devido à necessidade de promover medidas de apoio a jovens residentes ou estudantes num Concelho, possibilitando o acesso a determinados bens de consumo e a participação em actividades culturais, consideramos importante que cada autarquia crie um cartão municipal para jovens. Com este cartão os jovens devem poder beneficiar de descontos na aquisição de bens e serviços públicos e privados existentes no Concelho. Os serviços municipais relacionados com as águas podem proporcionar também vantagens aos portadores do cartão, nomeadamente benefícios no custo de ligação dos ramais de água, instalação do contador de água e nos ramais de ligação de saneamento, benéfico na facturação do consumo de água. Todos os serviços prestados pela autarquia devem prever benefícios para os portadores do Cartão Municipal, desde que não colidam com a legislação aplicável. Exemplos: (utilização de piscinas municipais, serviços desportivos,

cinema, espectáculos culturais, etc.).

⊕ **Acesso à cultura, desporto e lazer**

CAMPOS DE FÉRIAS E PROGRAMAS DE OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES E WORKSHOPS MUNICIPAIS

Os campos de férias e os programas de ocupação de tempos livres são espaços privilegiados para a ocupação das crianças e jovens durante as suas férias escolares, na medida em que lhes são permitidas novas vivências em grupo e troca de experiências, bem como o conhecimento de um meio físico social e cultural diferente do seu meio habitual. É também importante que a autarquia desenvolva e promova actividades para os jovens aos fins-de-semana. Cada vez mais os jovens procuram actividades que possam aumentar os seus conhecimentos, a sua prática desportiva, sempre aliados a actividades jovens e que promovam o próprio convívio entre eles.

⊕ **Acesso à cultura, desporto e lazer, ocupação de tempos livres**

BOA PRÁTICA:

CENTRO DE ALTO RENDIMENTO – CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

A Câmara Municipal de Rio Maior tem tido no seu programa político, a nível autárquico, preocupações de desenvolvimento desportivo que passam pela criação de estruturas e equipamentos desportivos que além do apoio a nível local, pela qualidade das instalações e seu enquadramento, constituem-se como grande ponto de apoio à dinâmica do Desporto Federado.

Há cerca de 20 anos a Câmara Municipal de Rio Maior iniciou uma das obras mais emblemáticas do concelho e da região, o Comple-

xo Desportivo de Rio Maior. Na altura, era adjectivado como um sonho impossível de concretizar, mas hoje, ninguém tem dúvida, que é uma realidade fundamental tornando-se uma alavanca muito importante para o desenvolvimento económico do concelho. Este Complexo Desportivo tem a grande vantagem de ter sido concebido para, simultaneamente, poder ser utilizado tanto por jovens locais como por atletas de alto rendimento. Muitos dos melhores atletas portugueses e estrangeiros, fazem deste local a base de preparação para o seu sucesso desportivo, tanto ao nível nacional como internacional. Mas, também é aqui o local privilegiado para todos os alunos das escolas e jovens dos clubes do concelho efectuarem as suas experiências motoras e aprendizagens desportivas, assim como da realização da prática regular da actividade física e desportiva da população em geral.

Pela reconhecida qualidade das instalações do Complexo Desportivo de Rio Maior e pela sustentada aposta da autarquia no desporto como factor de desenvolvimento local e afirmação nacional e internacional, entendeu o Comité Olímpico de Portugal (COP), na persecução dos seus objectivos e na estreita observação da Carta Olímpica, estabelecer com a autarquia um protocolo de onde resultou em 2001 a criação do Centro de Preparação Olímpica de Rio Maior.

Numa configuração de esforços e rentabilização de estruturas e programas, acordaram o COP e a Câmara Municipal de Rio Maior em estabelecer um protocolo de colaboração onde o Comité dispõe no Centro de Estágios e Formação Desportiva de Rio Maior, de uma reserva permanente para preparação de atletas e a formação de técnicos, dirigentes e outros agentes desportivos, no âmbito dos programas olímpicos.

O Complexo Desportivo de Rio Maior dispõe das seguintes valências:

- > Piscina Olímpica coberta;
- > Piscina de 25 metros coberta;
- > Piscina de saltos exterior;
- > Pavilhão Gimnodesportivo com piso de madeira para a prática de patinagem, hóquei em patins, futsal, voleibol, basquetebol e andebol;
- > Pavilhão Polidesportivo com piso em madeira flutuante para a prática de basquetebol, voleibol, andebol, futsal entre outras actividades;
- > Estádio Municipal com relvado natural e pista de atletismo de tartan e capacidade para 8000 espectadores;
- > Campo de treino de relvado natural e balneários;

- > Campo de treino de relvado sintético;
 - > Parque desportivo com um campo de futebol de sete, pista de tartan de 285 metros, 2 caixas de saltos, 2 campos de basquetebol e 1 de andebol;
 - > Centro de Estágios com alojamento com capacidade para 108 atletas, dispondo de refeitório, sala de musculação, fisioterapia, health club, lavandaria, rouparia, cafetaria e auditório para 100 pessoas;
- Neste espaço físico de aproximadamente 10 hectares estão ainda inseridas as escolas EB das Marinhas do Sal e Fernando Casimiro, Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira, e Escola Profissional de Rio Maior.

CAPÍTULO SEIS

PARTICIPAÇÃO

DEMOCRÁTICA

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O Orçamento Participativo é, já há algum tempo, uma das bandeiras da JS relativamente à política autárquica. Trata-se de um mecanismo que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre o orçamento de investimentos das câmaras municipais, através de processos de participação dos cidadãos. Estes processos costumam contar com assembleias abertas e periódicas e etapas de negociação directa com o executivo municipal. O Orçamento Participativo permite, assim, uma participação directa dos cidadãos nas escolhas a fazer pelo executivo conseguindo, desta forma, direccionar parte dos investimentos e opções em função da vontade popular.

+ **Reforço da democraticidade, envolvimento político dos cidadãos**

CONSELHOS MUNICIPAIS DE JUVENTUDE

Os Conselhos Municipais de Juventude são, provavelmente, a maior conquista da JS nos últimos

anos em termos de políticas autárquicas. Com a aprovação na Assembleia da República da Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, a JS conseguiu a obrigatoriedade de implementação dos Conselhos Municipais de Juventude em todos os concelhos do país. Ainda assim, apesar da aprovação desta lei, há ainda muitos municípios que não avançaram com o processo de criação deste órgão. Assim, nestes casos, deve ser uma reivindicação da JS a implementação dos CMJ.

+ **Reforço da democraticidade, envolvimento político dos cidadãos**

DESCENTRALIZAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS

A Assembleia Municipal é um órgão que, pela sua essência, deve primar por uma forte proximidade com os eleitos. A realização de Assembleias Municipais de forma descentralizada pelas várias freguesias e com um ponto na ordem de trabalhos destinado à intervenção dos cidadãos da freguesia que receba a AM

pode ser mais um mecanismo de aproximação entre eleitos e eleitores.

+ **Reforço da democraticidade, envolvimento político dos cidadãos, proximidade entre eleitores e eleitos, prestação de contas**

SIMPLEX AUTÁRQUICO

Após o êxito da simplificação de procedimentos na Administração Central, o Programa Simplex chega agora à Administração Local através do Simplex Autárquico. O Simplex Autárquico surge no seguimento de medidas de simplificação já desenvolvidas por algumas autarquias e é um programa aberto àquelas que pretendam também associar-se a este esforço de simplificação. A consulta pública, a transparência e a prestação de contas são alguns dos princípios que também norteiam a construção deste programa para a administração local.

+ **Transparência, prestação de contas, reforço da democraticidade, proximidade entre cidadãos e administração**

SERVIÇOS PÚBLICOS PARA TODOS

Há um conjunto de cidadãos sujeitos a limitações de ordem física que estão muitas vezes impossibilitados de aceder a determinados serviços públicos em condições de igualdade. É inadmissível que em pleno século XXI muitos edifícios públicos, apesar da obrigatoriedade legal, ainda não se encontrem aptos a receber cidadãos com mobilidade reduzida ou que a esmagadora maioria dos serviços disponibilizados on-line não estejam adaptados para invisuais.

+ **Reforço da democraticidade, proximidade entre cidadãos e administração**

PROVEDOR DO CIDADÃO

A criação de um provedor municipal do cidadão é um forte estímulo a responsabilização da administração e um garante dos direitos dos cidadãos. Esta figura promove uma maior transparência relativamente ao trabalho da autarquia e garante a equidade e justiça no tratamento dos cidadãos.

+ **Reforço da democraticidade, proximidade entre cidadãos e administração**

BOA PRÁTICA:

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL

O processo de Orçamento Participativo é uma experiência de gestão autárquica participada que a Câmara Municipal de São Brás de Alportel iniciou em 2006, por altura da elaboração do Orçamento Municipal para 2007, quando ainda existiam muito poucas experiências deste género ao nível do país. Nas duas edições já realizadas foram muitos os são-brasenses que se juntaram a esta experiência, participando nas reuniões públicas e preenchendo os questionários, expondo as suas dúvidas, lançando questões para o debate, apresentando as suas propostas de investimento e deixando sugestões. Muitas das suas sugestões foram integradas nos Orçamentos Municipais e no Plano de Investimentos e constituíram um importante contributo cívico.

CAPÍTULO SETE

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

ESPAÇOS WI-FI

A necessidade de ter uma ligação quase permanente à rede é uma questão essencial do nosso estilo de vida actual. A existência de uma rede de hotspots Wi-Fi de acesso gratuito é uma forma de potenciar o uso das novas tecnologias e de promover a utilização de espaços públicos. A colocação de uma rede de hotspots Wi-Fi nos centros históricos pode ser um factor de dinamização dos mesmos.

+ Democratização do acesso às novas tecnologias, dinamização de espaços públicos

FORMAÇÕES ITINERANTES

O acesso às novas tecnologias é hoje um direito de todos os cidadãos. Hoje em dia, mais do que o custo com a aquisição dos equipamentos informáticos que atingiram já preços que os colocam ao alcance da maioria dos cidadãos, o grande factor de info-exclusão é a dificuldade que uma grande parte dos cidadãos sente quando dá início à sua experiência como utilizador. Se nas gerações mais jovens este entrave se faz sentir com menos relevância,

é certo que nas faixas etárias mais velhas se trata do maior obstáculo e factor de exclusão. A existência de formações itinerantes, que percorram as freguesias mais distantes onde se encontra a população mais envelhecida e com maiores índices de exclusão, é uma forma de procurar dar ferramentas básicas a todos os cidadãos para que consigam acompanhar a revolução tecnológica que experienciamos neste início de século.

+ Democratização do acesso às novas tecnologias, combate à info-exclusão

CRIAÇÃO DO PORTAL MUNICIPAL DA JUVENTUDE

As faixas etárias mais jovens são consumidoras ávidas de informação online. Assim, assume especial importância a existência de um espaço na rede onde possam encontrar informação relativa às diversas áreas de interesse relacionadas com as políticas de juventude como por exemplo emprego, habitação, actividades desportivas e culturais, etc.

+ Informação, interactividade

CRIAÇÃO DE MEDIATECAS

As mediatecas são espaços democratizadores do acesso às novas tecnologias. É impossível alienar as novas tecnologias do rol de formas de acesso ao conhecimento pelo que a criação de mediatecas – que podem até ser criadas em bibliotecas – é uma medida importante para combater à info-exclusão e para a democratização do acesso às novas tecnologias. Além disso, a existência de técnicos especializados nas mediatecas é um elemento fundamental para apoiar e orientar os utilizadores que se sintam menos à vontade no uso das novas tecnologias.

+ Democratização do acesso às novas tecnologias, combate à info-exclusão

CENTRO DE DIVULGAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO (CDTI – FDTI)

Com o objectivo de dar formação adequada, sobretudo na área das TIC, é importante que a autarquia celebre protocolos com a FDTI, no sentido de criar estes centros na Casa da Juventude. Para além da formação para os jovens em geral, a FDTI tem programas de reinserção dos jovens na formação adequados àqueles que por diversos motivos abandonaram a escola, mas que procuram novas oportunidades.

+ Democratização do acesso às novas tecnologias, combate à info-exclusão

BOA PRÁTICA:

AVEPARK – CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

O Avepark está instalado em 80 hectares de

terrenos nas Caldas das Taipas em pleno Vale do Ave. O projecto, que recebeu um subsídio governamental de 3,2 milhões de euros, é uma sociedade constituída pela Câmara de Guimarães, com 51 por cento do capital, pela Universidade do Minho, a Associação Industrial do Minho e a Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (com 15 por cento, cada) e pela Associação Industrial e Comercial de Guimarães, com quatro por cento.

O investimento total em infra-estruturas atinge os 15 milhões de euros, verba a que haverá que somar os 10 milhões do valor dos terrenos doados pela Câmara e os investimentos feitos pelos privados.

O Avepark responde aos desafios de índole tecnológica que a economia tem de enfrentar nos mercados nacional e internacional e as empresas já instaladas e que se vão instalar no Avepark operam nas áreas das tecnologias da informação, dos novos produtos, das nanotecnologias e das biotecnologias.

O interesse das empresas no Avepark deriva da ligação à Universidade do Minho e, também, da existência na região de Braga, do chamado Silicon Valley português, com 600 empresas de software, algumas com dimensão internacional.

Em 2009 o Avepark era já responsável pela criação de 1500 empregos altamente qualificados. Quando o projecto estiver concluído, dentro de aproximadamente dez anos, existirão 150 a 200 empresas no Avepark, com cinco mil empregos altamente qualificados. Nessa fase, o Produto Bruto da região será aumentado, só através do Avepark, em mais de 200 milhões de euros anuais.

CAPÍTULO OITO

MUNDO RURAL

CRIAÇÃO DE PARQUES AGRÍCOLAS PARA O ESTABELECIMENTO DE JOVENS AGRICULTORES

À semelhança da criação de ninhos de empresas e de parques industriais, em determinadas zonas do país assume especial importância o apoio ao início da actividade agrícola. Apesar da redução do número de trabalhadores agrícolas que o nosso país vem sentido nas últimas décadas a verdade é que há hoje em dia um número muito elevado de jovens que equacionam desenvolver o seu projecto profissional como jovens agricultores. Apesar dos inúmeros apoios existentes para o estabelecimento de jovens agricultores a verdade é que muitos destes jovens se deparam desde logo com o obstáculo de não dispor de terras para poder implementar o seu projecto. Com a criação de parques agrícolas as Câmaras Municipais podem disponibilizar aos jovens agricultores, com uma renda a custo reduzido, um espaço onde possam implementar o seu

projecto contribuindo dessa forma para o desenvolvimento sustentado e a longo prazo do mundo rural.

+ Desenvolvimento rural, empreendedorismo, criação de emprego, desenvolvimento económico, fixação de jovens

DINAMIZAR E APOIAR O COOPERATIVISMO NO SECTOR AGRÍCOLA

O cooperativismo é um dos grandes alicerces da actividade dos pequenos produtores e proprietários rurais. Do sucesso da estratégia de uma cooperativa depende muitas vezes a subsistência de famílias inteiras no meio rural. Importa, por isso, que as autarquias consigam prestar um apoio sólido ao sector cooperativo contribuindo para uma gestão cada vez mais profissional do mesmo e potenciando o surgimento de novas oportunidades de negócio para os cooperantes.

+ Desenvolvimento rural, criação de emprego, desenvolvimento económico, fixação de jovens

INCENTIVO À PRÁTICA DO AGRO-TURISMO E DO TURISMO RURAL

O turismo em meios rurais tem vindo a assumir uma dimensão cada vez mais relevante como destino de férias. O aumento em número e qualidade destes espaços e, consequentemente, do seu número de utilizadores, tem demonstrado que esta é uma aposta segura para o desenvolvimento do mundo rural.

+ Desenvolvimento rural, criação de emprego, desenvolvimento económico, fixação de jovens

CRIAÇÃO DE ROTEIROS TURÍSTICOS

O mundo rural tem nos seus pontos de interesse turístico um dos factores mais favoráveis ao seu desenvolvimento. Em muitos locais a beleza das paisagens naturais existentes é, por si só, factor de atracção de um elevado número de visitantes. Importa, contudo, que se consiga estabelecer uma rede entre estes diversos pontos de interesse de forma a conseguir manter a presença dos visitantes na região pelo máximo período de tempo possível. É completamente distinto o impacto causado pelo turista que se desloca durante um dia ou apenas algumas horas à região para visitar um determinado local, e o impacto causado pela permanência desse mesmo turista durante vários dias na região para percorrer o roteiro turístico que integra diversos pontos de interesse.

+ Desenvolvimento rural, criação de emprego, desenvolvimento económico, promoção de produtos locais

PROMOÇÃO DE EVENTOS DESPORTIVOS E CULTURAIS (TT, BTT, CONCERTOS)

A beleza dos espaços naturais existentes no mundo rural torna-os também atractivos para

a realização de eventos desportivos e culturais. São inúmeros os casos espalhados pelo país de provas desportivas ou festivais de verão que decorrem em espaços rurais. A potenciação destes eventos é, também, um elemento importante para o desenvolvimento do meio rural. Muitas vezes estes eventos assumem uma dimensão de tal ordem elevada que acabam mesmo por se tornar “imagens de marca” dos locais onde se realizam.

+ Desenvolvimento rural, desenvolvimento económico, promoção turística

REQUALIFICAÇÃO E APROVEITAMENTO DAS CASAS FLORESTAIS DESOCUPADAS

O património do Estado conta com um vastíssimo número de edifícios actualmente desocupados. As casas florestais são um desses exemplos e pela sua localização em espaços de grande interesse para a prática de actividades ligadas à natureza podem exercer uma importante função de apoio e dinamização do mundo rural.

+ Desenvolvimento rural, desenvolvimento económico, promoção turística

BOA PRÁTICA:

RECUPERAÇÃO DE ANTIGAS CASAS FLORESTAIS – CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRAS DE BASTO

Com o intuito de promover o uso múltiplo da floresta, a Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto assinou um protocolo com a Autoridade Florestal Nacional para gerir por 30 anos parte do património edificado da Autoridade no concelho.

A recuperação de antigas Casas Florestais para fins turísticos é uma das apostas mais emblemáticas deste projecto. A Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto disponibiliza neste momento, em alojamentos em Casas

Florestais, aproximadamente 50 camas, num total de 5 edifícios totalmente recuperados e renovados.

Preservar os edifícios devolutos e promover actividades em prol da defesa e da valorização da floresta e dos espaços de montanha, permite reforçar o projecto de desenvolvimento estratégico, integrado e sustentado, que o Município definiu para Cabeceiras de Basto no âmbito do aproveitamento das

potencialidades deste concelho.

Incentivar o uso múltiplo da floresta e fomentar a importância económica, cultural e social que esta representa para a região, é um dos objectivos há muito definidos por este executivo que ao longo dos anos tem vindo a promover acções diversificadas e a criar condições para a valorização e a promoção das zonas de montanha e o desenvolvimento sustentável do concelho.

CAPÍTULO NOVE

AMBIENTE E URBANISMO

CRIAÇÃO DE CICLOVIAS

A criação de ciclovias, mais do que uma vertente de lazer, assume uma vertente ambiental de grande relevo. A garantia de existência de um espaço de circulação em segurança para ciclistas é um factor potenciador de comportamentos mais saudáveis para o meio ambiente como a adopção da bicicleta como meio de transporte nos centros urbanos. Assim, os benefícios fazem-se sentir quer ao nível da protecção ambiental quer da prática de actividades desportivas.

+ Protecção do ambiente, promoção de estilos de vida saudáveis

DIFUSÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DA RECOLHA E TRATAMENTO SELECTIVOS DE LIXO

As inúmeras campanhas desenvolvidas ao longo dos últimos anos no sentido de promover a separação de lixos vêm muitas vezes os seus efeitos gorados pelo facto de não existir uma rede eficiente de pontos de recolha selectiva. Depois da recolha importa também garantir um sistema de tratamento e reciclagem desse mesmo lixo.

+ Protecção do ambiente, gestão de resíduos, incentivo à reciclagem

REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL DOS RECURSOS FLUVIAIS

A requalificação ambiental dos recursos fluviais é uma questão da maior importância para o meio-ambiente atendendo à enorme diversidade de espécies animais e vegetais cuja sobrevivência e existência depende da existência de rios sem focos de poluição. Contudo, a importância desta medida vai mesmo além da questão ambiental na medida em que os rios são, por norma, espaços privilegiados para a localização de espaços de lazer.

+ Preservação do ambiente, qualidade de vida, espaços de lazer, protecção da biodiversidade

CERTIFICAÇÃO E OPTIMIZAÇÃO ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS

As entidades públicas devem dar o exemplo no que diz respeito à protecção ambiental. Uma das melhores formas de o fazer é através da redução da factura energética. Para isso importa desde logo proceder a uma auditoria energética e adoptar medidas tendentes ao aumento da eficiência energética dos edifícios públicos reduzindo dessa forma o seu consumo.

+ Redução consumo de energia, menor impacto ambiental, sensibilização ambiental

PEGADA ZERO

Com esta medida pretende-se que as câmaras municipais, depois da realização de uma auditoria energética, adoptem medidas no sentido de compensar as emissões poluentes estimadas com a sua acção.

+ Redução do impacto ambiental, protecção do ambiente, sensibilização ambiental

FROTA VERDE

A medida frota verde consiste na substituição da frota automóvel municipal por uma frota de veículos eléctricos, híbridos ou a biodiesel.

O objectivo desta medida é contribuir para a redução das emissões poluentes e dar o exemplo aos restantes cidadãos promovendo assim, através do exemplo, a utilização de veículos mais amigos do ambiente. Além da dimensão ambiental esta medida é também vantajosa financeiramente na medida em que os “veículos verdes” têm custos de operação significativamente mais reduzidos.

+ Redução do impacto ambiental, protecção do ambiente, sensibilização ambiental

REQUALIFICAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS

A deterioração e abandono dos centros históricos das vilas e cidades é um dos maiores problemas com que se debatem inúmeros executivos por todo o país. Além das consequências relacionadas com a agradabilidade e atractividade dos espaços, surgem problemas sociais em virtude das populações envelhecidas que habitam estes espaços e problemas económicos na medida em que estão também fortemente associados à presença do comércio tradicional. Importa, por isso adoptar medidas que promovam a recuperação de edifícios de interesse turístico, histórico e cultural, a recuperação e ocupação de edifícios habitacionais (ver proposta de Habitação Social Sub-30).

+ Requalificação urbana, habitação, dinamização do comércio tradicional

ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS

São inúmeros os obstáculos que dificultam uma circulação segura e simples aos cidadãos portadores de deficiência. Facilmente nos deparamos com buracos ou sinais no meio dos passeios, com passadeiras sem rampas de acesso, espaços públicos ao ar livre cujo acesso e fruição dependem da superação de escadarias...

Todos estes obstáculos constituem barreiras urbanísticas que são inaceitáveis numa sociedade inclusiva. Cidadãos com mobilidade condicionada e invisuais são geralmente os mais afectados por estas dificuldades. Contudo, mesmo quem circule com um carrinho de bebé facilmente se apercebe das enormes contrariedades com que se depara para simples percursos urbanos.

+ **Inclusão social, requalificação urbanística**

REVISÃO DOS PDM E A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE PORMENOR

O Plano Director Municipal (PDM) é por definição o instrumento fundamental de ordenamento do território municipal e do desenvolvimento económico e sócio-cultural de um concelho. Infelizmente, a maioria dos municípios não procedeu ainda à revisão dos PDM tendo vigentes PDMs com mais de 10 anos. Esta situação faz com que nestes casos, o principal documento orientador do ordenamento e desenvolvimento dos municípios esteja desadequado da realidade e das necessidades actuais dos mesmos. Assim, importa que nos casos em que essa revisão não foi feita a JS e o PS se batam pela revisão dos PDM tendo em vista um melhor ordenamento do território municipal, o desenvolvimento económico do concelho e um desenvolvimento mais harmonioso dos espaços urbanos valorizando a qualidade de vida. A elaboração de Planos de Pormenor para zonas específicas pode ser uma ajuda complementar de grande importância na prossecução destes objectivos.

+ **Ordenamento do território, qualidade de vida, requalificação urbanística**

REGULAMENTO DE EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Com a criação de um regulamento de edificação e urbanização municipal as autarquias

podem estimular o surgimento de habitações destinadas a ocupação social em construções destinadas à venda. Desta forma permite-se uma melhor inserção social das famílias carenciadas diminuindo os riscos de guetização. Os incentivos a esta prática podem ocorrer na forma de reduções e isenções em taxas e licenciamentos de construção.

+ **Apoio social, diminuição das tensões e riscos sociais**

BOA PRÁTICA:

REDE ECOS – CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

A Rede ECOS - Energia e Construção Sustentáveis, é um projecto que teve início com uma Acção Preparatória das Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, inserida na Política de Cidades POLIS XXI.

Em Outubro de 2008 foi efectuada a candidatura da "Rede ECOS" ao programa das "RUCI", no valor total de 10 milhões de euros, tendo a Rede ECOS em Torres Vedras apresentado candidaturas com os seguintes projectos: EcoUrbe de Santa Cruz; Pólo Tecnológico Integrado das Energias Renováveis de Torres Vedras e Construção do Novo Centro de Educação Ambiental.

A EcoUrbe de Santa Cruz prevê a Instalação de micro geração solar no Mercado Municipal de Santa Cruz e na Escola Básica 1º Ciclo de Santa Cruz e ainda a execução de um projecto-piloto de Smart Grid Local, ou seja, gestão de energia através das novas tecnologias, de um quarteirão habitacional de Santa Cruz, criação de sinalética, mobiliário urbano e iluminação pública auto suficientes, digitais e interactivos, criação e desenvolvimento de meios de mobilidade suaves (Eco Trolley), no âmbito da mobilidade sustentável (já em fase

de estudo) sistemas de reciclagem e reutilização de águas residuais para rega na área em requalificação e construção de uma Casa Sustentável, um espaço de demonstração de construção sustentável e de tecnologias e equipamento de sistemas sustentáveis de energia.

No projecto da Plataforma Tecnológica está incluído um Centro de Investigação Tecnológica Aplicada (solar, eólico, ondas, hidrogénio e biomassa), um Campus experimental terrestre (solar, eólico, ondas, hidrogénio e biomassa) e um Campus experimental oceânico (eólico off shore, ondas e biomassa). Também está planeado um centro integrado da Experimentação e demonstração Tecnológica, um projecto sectorial de formação e demonstração tecnológica, mobilidade logística sustentável (Frio Industrial para Camiões) e um projecto sectorial de formação e demons-

tração tecnológica, módulos didácticos de energias renováveis e Hidrogénio (projecto-piloto de instalação em 5 escolas). O total do investimento financiado em Torres Vedras é de 1.140.000 € e de início criará 200 postos de trabalho. Ainda para este projecto existem parcerias com diversas entidades locais e nacionais, entre outras, a Newatt, UL-FCUL, Centro Português de Design, Grupo Fundação de Dois Portos, Grupo Valouro, Grupo Paulo Duarte, Grupo Ângelo Custódio Rodrigues, EDEN, Selfenergie, Atelier de Design Henrique Cayatte, GMAC e ECO TASK.

O outro projecto incluído na candidatura da Rede ECOS, e não financiado através das RUCI, é a construção do Novo Centro de Educação Ambiental na Cidade de Torres Vedras. Este projecto venceu o prémio "Cidades de Excelência", promovido pelo Jornal "Planeamento e Cidades" na secção "Inovação".



JS



www.juventudesocialista.org

www.juventudesocialista.org

JS

